

**DÉFICIT E DÍVIDA PÚBLICA** 23/10/2009

# **Auditoria da Dívida Pública: reivindicação da sociedade pelo cumprimento da Constituição Federal**

A “Auditoria Cidadã da Dívida” surgiu após o grande Plebiscito da Dívida de 2000, quando seis milhões de brasileiros manifestaram-se pelo não pagamento da dívida pública enquanto não fosse realizada a auditoria prevista na Constituição Federal de 1988. Como as autoridades públicas do Legislativo e do Executivo deixaram de atender a essa expressiva reivindicação popular, entidades da sociedade civil iniciaram a “Auditoria Cidadã da Dívida”, que consiste na obtenção de informações, dados e documentos sobre o endividamento público, elaboração de estudos e pesquisas, publicações didáticas, além da organização de eventos no Brasil e no exterior. O objetivo é mobilizar esforços no sentido de impulsionar a realização da auditoria oficial.

Tanto no Brasil como nos demais países da América Latina a dominação e sangria exercidas pela dívida pública têm aprofundado, transformando nosso continente em exportador de capitais. No Brasil, apesar dos sucessivos governos afirmarem constantemente que “a dívida não seria mais problema”, a dívida externa continua crescendo fortemente, tendo atingido US\$ 267 bilhões ao final de 2008, enquanto a dívida interna explodiu em 2009, tendo crescido R\$ 200 bilhões somente nos primeiros 7 meses, alcançando a cifra de R\$ 1,8 trilhão. Enquanto isso, os gastos com a dívida consomem cada vez mais recursos do orçamento federal, sendo que em 2008 representaram mais de 30% dos recursos, equivalentes a mais de 6 vezes os gastos com saúde, mais de 12 vezes os gastos com educação, ou 113 vezes os gastos com Reforma Agrária. Ou seja, o gasto prioritário do país tem sido com a dívida; como admitir que esta não é um grande problema?

A "dívida interna" representa uma nova face da dívida externa, pois a mesma se encontra, em grande parte, nas mãos de estrangeiros que gozam de isenção tributária, liberdade de capitais e ainda usufruem das taxas de juros mais elevadas do planeta. Além disso, os títulos da dívida interna rendem elevados ganhos cambiais, pois o real tem tido forte valorização frente ao dólar. O Banco Central compra os dólares trazidos pelos especuladores, ficando com um verdadeiro “mico” – moeda estrangeira em queda - fornecendo-lhes em troca títulos da dívida interna, gerando imensos lucros para o setor privado e absurdos prejuízos para o setor público.

Esta prática tem resultado uma volumosa acumulação de reservas cambiais, compostas em sua grande maioria por títulos da dívida pública norte-americana. O governo brasileiro tem defendido essa política sob o argumento de que as reservas seriam necessárias para o combate à crise, que em outras palavras significa: para financiar a fuga de capitais. Desta

forma, têm sido desconsideradas as propostas de controle e/ou tributação sobre o fluxo de capitais especulativos.

O custo dessa política para a sociedade tem sido elevadíssimo: apenas no primeiro semestre de 2009 o Banco Central registrou o mega-prejuízo de R\$ 93 bilhões, que será integralmente coberto pelo Tesouro, ou seja, pelo povo, conforme determina a Lei Complementar 101, mais conhecida por seu curioso nome de “Lei de Responsabilidade Fiscal”, que para o prejuízo do BC não estabelece limite algum.

Após vários anos de luta denunciando fatos e negociações inexplicáveis sob qualquer ponto de vista - como o “erro” anunciado pelo BC em 2001, de mais de US\$ 30 bilhões no volume da dívida externa, os pagamentos antecipados ao FMI em 2005, o resgate antecipado de Brady em 2006, dentre outras - a Auditoria Cidadã da Dívida finalmente logrou êxito, mesmo que em outro país. Em julho de 2007, tive a honra de ser nomeada pelo presidente do Equador, Rafael Correa, para participar da Comissão para a Auditoria Integral da Dívida Pública (CAIC) equatoriana, juntamente com membros de organizações sociais nacionais e internacionais. Foi uma grande oportunidade de demonstrarmos a força da auditoria como um instrumento de transparência, capaz de revelar e documentar a origem das dívidas que há décadas condicionam os países do Sul a implementar políticas anti-sociais, como o corte de gastos sociais, desregulamentações e privatizações, impostas por organismos internacionais como o Fundo Monetário Internacional, de forma articulada com os bancos privados.

A CAIC demonstrou que a dívida externa equatoriana com os bancos privados internacionais (Dívida Comercial) não significou o “financiamento do desenvolvimento” equatoriano, como diziam as propagandas, mas, na verdade, nos trinta anos analisados, uma transferência líquida de US\$ 7,13 bilhões em favor dos bancos privados internacionais, cifra muito significativa para o tamanho da economia equatoriana, 20 vezes menor que a brasileira. Apesar dessa transferência negativa, a dívida equatoriana com estes bancos aumentou de US\$ 115,7 milhões em 1976 para US\$ 4,2 bilhões em 2006. Nosso relatório demonstrou que a dívida atual representada por títulos (Bonos Global) era resultado do endividamento agressivo iniciado no final da década de 70, durante a ditadura militar, majorado pela influência da elevação unilateral das taxas de juros pelo Federal Reserve a partir de 1979, pelas onerosas renegociações ocorridas na década de 80 quando o Estado equatoriano assumiu inclusive dívidas privadas, seguido de renúncia à prescrição dessa dívida em 1992 e sua transformação em títulos negociáveis, denominados Bonos Brady em 1995, emissões de Eurobonos e nova transformação em Bonos Global em 2000. A auditoria provou ainda que a cada renegociação eram impostas condições cada vez mais onerosas representadas pela cobrança de comissões diversas e taxas de juros elevadas, sem se levar em conta o valor de mercado da dívida. Na última grande troca de títulos realizada no ano 2000, chegaram a ser negociados títulos pré-pagos que eram totalmente cobertos por garantias colaterais. E essa negociação era alardeada como um grande negócio para o país! Na verdade, a auditoria mostrou que foi um grande negócio para os bancos privados e para os rentistas.

As diversas ilegalidades - todas documentadas e provadas - foram determinantes para que o governo equatoriano tomasse a decisão de propor aos bancos privados a anulação de 70% da dívida, representada pelos Bônus 2012 e 2030. Nada menos que 91% dos detentores de tais títulos aceitaram a decisão equatoriana. A atitude do presidente do Equador quebrou a atual hegemonia do “Mercado” em todas as decisões de política econômica no continente.

Esta atitude equatoriana de auditar e anular a dívida abriu as portas para a auditoria da dívida na América Latina, tendo sido amplamente divulgada em Seminário Internacional promovido pela Auditoria Cidadã da Dívida em Brasília, em novembro de 2008. Na ocasião, representantes da CAIC se reuniram com o então Presidente da Câmara, Arlindo Chinaglia, para reivindicar a criação da Comissão Parlamentar de Inquérito da Dívida Pública (CPI da Dívida), cujo Requerimento já havia sido protocolado pelo seu proponente, deputado Ivan Valente (PSOL/SP). Poucas semanas após, a CPI foi criada e, em reunião da ALBA (Alternativa Bolivariana para as Américas) o Presidente Rafael Correa pediu apoio de seus pares para as decisões que tomaria em relação à dívida, propondo que também realizassem auditorias, o que foi aceito por Venezuela e Bolívia. O Paraguai também iniciou a auditoria de sua dívida externa, inspirado na iniciativa equatoriana.

No Brasil, depois de meses de luta para que os líderes dos partidos indicassem seus membros para compor a CPI da Dívida, finalmente, no dia 19 de agosto de 2009, ocorreu a instalação dos trabalhos da Comissão, o que representou um fato histórico para o Brasil e para os demais países que atualmente sofrem com a dominação exercida pela dívida.

Nas primeiras reuniões, foram definidas as linhas gerais dos trabalhos, e na última reunião, ocorrida dia 9 de setembro, foram aprovados todos os requerimentos de informações, documentos e estatísticas propostos pela Auditoria Cidadã da Dívida, que devem ser atendidos pelas autoridades econômicas do país no prazo de 15 dias. Dentre as solicitações, destacam-se todos os contratos de endividamento externo desde 1970, além de dados sobre credores da dívida interna e demais estatísticas do endividamento.

Estas informações serão fundamentais para o início das investigações. Se houver vontade política e envolvimento social, como no Equador, a CPI poderá mostrar a verdadeira natureza da dívida, como ela cresceu, e quem tem se beneficiado desse processo, e seu relatório final poderá servir como um importante instrumento capaz de sustentar decisões soberanas. Assim esperamos!